


A AGRICULTURA FAMILIAR EM SANANDUVA – RS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DADOS OFICIAIS DO IBGE E A PRÁTICA DA EXTENSÃO RURAL

FAMILY FARMING IN SANANDUVA/RS: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN OFFICIAL IBGE DATA AND RURAL EXTENSION PRACTICES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.054-001>

Eduarda Coraça

Graduanda em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
E-mail: eduarda-coraca@uergs.edu.br

Equiton Lorengian Grégio

Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
E-mail: equiton-gregio@uergs.edu.br

Maraiza Batista Borges

Graduanda em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
E-mail: maraiza-borges@uergs.edu.br

Tainara Milde Gotz

Graduanda em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
E-mail: tainara-gotz@uergs.edu.br

RESUMO

Este artigo propõe uma análise da agricultura familiar no município de Sananduva – RS, articulando os dados quantitativos do Censo Agropecuário do IBGE com a dimensão qualitativa da extensão rural. O objetivo central é compreender como a percepção técnica de profissionais da EMATER complementa ou diverge das estatísticas oficiais no que tange aos desafios, mudanças recentes e sucessão familiar no campo. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica e realização de entrevista com profissional da Emater local. Espera-se que os resultados evidenciem as nuances da realidade produtiva e social que os dados agregados do IBGE nem sempre captam de forma isolada.

Palavras-chave: Agronomia; Sananduva; EMATER; IBGE; Extensão Rural.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of family farming in the municipality of Sananduva – RS, articulating quantitative data from the IBGE Agricultural Census with the qualitative dimension of rural extension. The central objective is to understand how the technical perception of EMATER professionals complements or diverges from official statistics regarding challenges, recent changes, and family succession in the countryside. The methodology involves bibliographic research and conducting interviews with local EMATER professionals. It is expected that the results will highlight the nuances of the productive and social reality that the aggregated IBGE data do not always capture in isolation.

Keywords: Agronomy; Sananduva; EMATER; IBGE; Rural Extension.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa posição central no meio rural brasileiro, tanto pela sua relevância produtiva quanto por sua função social na manutenção das famílias no campo. No plano legal, a Lei nº 11.326/2006 estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e define esse segmento com base em critérios como área limitada, predominância de mão de obra da própria família, percentual mínimo de renda oriunda do estabelecimento e direção exercida pelo núcleo familiar (Brasil, 2006). No plano estatístico, o Censo Agropecuário de 2017 demonstrou a expressividade desse segmento no país, ao indicar que a agricultura familiar correspondia a 76,8% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupava 23% da área total e concentrava aproximadamente 67% da mão de obra do setor (IBGE, 2019a).

Nas últimas décadas, a agricultura familiar também passou a ocupar maior espaço no debate acadêmico e institucional sobre desenvolvimento rural. Nesse sentido, Grisa e Schneider (2014) demonstram que a trajetória das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil evidencia um processo de ampliação do reconhecimento estatal desse segmento, especialmente por meio de instrumentos de crédito, apoio produtivo e inclusão social. Nessa mesma direção, a assistência técnica e a extensão rural constituem elementos estratégicos para o fortalecimento das unidades produtivas familiares, o que se observa inclusive no marco normativo da Lei nº 12.188/2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER (Brasil, 2010).

Apesar dessa centralidade, a agricultura familiar enfrenta desafios estruturais que ultrapassam a dimensão produtiva, envolvendo permanência dos jovens no campo, sucessão rural, acesso à renda, comercialização e adaptação às transformações econômicas e ambientais. Oliveira, Mendes e Van Herk Vasconcelos (2021) destacam que a permanência juvenil no meio rural constitui questão decisiva para a continuidade dos empreendimentos familiares, uma vez que a sucessão depende não apenas da herança da

terra, mas também de condições concretas de autonomia, renda e perspectiva de futuro. Em paralelo, os próprios resultados do Censo Agropecuário evidenciam mudanças importantes no campo brasileiro, já que, entre 2006 e 2017, a agricultura familiar perdeu estabelecimentos e postos de trabalho, revelando um cenário de transformação de sua base social e produtiva (IBGE, 2019b).

No contexto local, o município de Sananduva, situado no norte do Rio Grande do Sul, possuía 16.399 habitantes no Censo Demográfico de 2022, área territorial de 504,499 km² e PIB per capita de R\$ 53.537,23 em 2023, configurando-se como um município cuja dinâmica econômica e social mantém estreita relação com o espaço rural (IBGE, 2026). Considerando esse contexto, o presente artigo busca analisar a agricultura familiar em Sananduva/RS a partir da articulação entre dados oficiais e a percepção da extensão rural, com o objetivo de compreender, de forma mais ampla, os desafios, potencialidades e transformações que marcam esse segmento no município.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida os dados oficiais do IBGE são capazes de representar a complexidade da agricultura familiar no município de Sananduva/RS, considerando a percepção dos agentes da extensão rural? Parte-se da hipótese de que os dados estatísticos, embora fundamentais, não captam integralmente as dinâmicas sociais, produtivas e territoriais vivenciadas no meio rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo está organizado de forma a explicitar as bases conceituais que sustentam o problema investigado. Parte-se da compreensão da agricultura familiar como uma forma social de produção em que trabalho, família, propriedade e território se articulam de maneira indissociável. Essa perspectiva permite compreender que os dados estatísticos oficiais, embora fundamentais para dimensionar a realidade produtiva, não esgotam a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e territoriais vivenciadas pelas famílias agricultoras.

Dessa forma, o referencial inicia com a conceituação e a importância da agricultura familiar no contexto brasileiro, avançando posteriormente para a discussão sobre políticas públicas e assistência técnica e extensão rural, sucessão rural e permanência dos jovens no campo, diversificação produtiva e reprodução social das famílias. Por fim, a discussão é afunilada para a realidade local de Sananduva/RS, recorte territorial desta pesquisa.

2.1 CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar ocupa posição central no desenvolvimento rural brasileiro, não apenas por sua relevância econômica, mas também por seu papel social, territorial e cultural. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, esse segmento é caracterizado pela utilização predominante de mão de obra da própria família,

pela direção familiar do estabelecimento, pela obtenção de renda vinculada à unidade produtiva e pela limitação da área explorada, o que lhe confere especificidade em relação aos demais modelos produtivos no campo (Brasil, 2006).

Nessa perspectiva, Schneider e Cassol (2013) destacam que a agricultura familiar constitui uma forma social de produção fortemente vinculada à reprodução da vida no meio rural, à diversificação produtiva e à manutenção das economias locais. Para Wanderley (2009), o mundo rural deve ser compreendido como um espaço de vida, no qual trabalho, família, identidade e território se articulam de maneira indissociável. Assim, analisar a agricultura familiar implica reconhecer que sua importância ultrapassa a produção agropecuária, abrangendo também a permanência das famílias no campo, a segurança alimentar, a geração de trabalho e a conservação de vínculos comunitários.

Além disso, a literatura ressalta que a sustentabilidade da agricultura familiar depende de sua capacidade de adaptação às transformações econômicas, tecnológicas e sociais do meio rural. Schneider (2003) observa que a reprodução social dessas unidades familiares está frequentemente associada à diversificação das atividades e às estratégias construídas pelas famílias para garantir renda e permanência no campo. Na mesma direção, Ploeg (2008) argumenta que a agricultura familiar mantém relevância na contemporaneidade justamente por sua capacidade de construir autonomia relativa diante das pressões do mercado, articulando produção, trabalho e território.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A consolidação da agricultura familiar como categoria social e produtiva no Brasil está diretamente relacionada ao avanço das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Grisa e Schneider (2014) demonstram que, a partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ser progressivamente incorporada à agenda estatal, com a criação de instrumentos específicos de crédito, assistência técnica, comercialização, inclusão produtiva e fortalecimento social.

Nesse contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF — representa uma das principais políticas públicas direcionadas ao setor. Segundo a Embrapa, o PRONAF tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, contribuindo para a diversificação produtiva, a agroindustrialização e a sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades familiares.

Além do crédito rural, a assistência técnica e a extensão rural constituem instrumentos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar. A Lei nº 12.188/2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária — PNATER —, reconhece a extensão rural como ferramenta estratégica para promover o desenvolvimento sustentável,

orientar a produção, ampliar o acesso às políticas públicas e qualificar a gestão das propriedades familiares (Brasil, 2010).

Dessa forma, a atuação de instituições como a EMATER assume papel relevante, pois permite aproximar os agricultores familiares das políticas públicas, das tecnologias produtivas, das práticas sustentáveis e das estratégias de permanência no campo. No presente estudo, essa dimensão é especialmente importante, pois a percepção técnica da extensão rural é utilizada como elemento complementar aos dados oficiais do IBGE.

2.3 SUCESSÃO RURAL E PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO

A sucessão rural constitui um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar contemporânea. Esse processo não depende apenas da transmissão patrimonial da terra, mas de um conjunto de condições sociais, econômicas, culturais e simbólicas que influenciam a decisão dos jovens de permanecer ou não no meio rural.

Oliveira, Mendes e Van Herk Vasconcelos (2021) destacam que a permanência juvenil no campo está associada a fatores como renda, autonomia, qualidade de vida, oportunidades locais, acesso à tecnologia e perspectivas de futuro. Assim, a sucessão não pode ser compreendida como consequência automática da condição de filho de agricultor, mas como resultado de condições concretas que tornam possível e desejável a continuidade da atividade rural.

Além dos fatores econômicos, a sucessão rural também envolve a construção de identidades positivas em relação à vida e ao trabalho no campo. Monteiro e Mujica (2022), ao analisarem jovens agricultores vinculados à vitivinicultura familiar, observaram que a permanência no meio rural está relacionada ao incentivo familiar, à socialização no trabalho agrícola, à liberdade de escolha e à percepção de valor social da atividade rural.

Nesse sentido, a sucessão familiar exige planejamento, diálogo entre gerações e participação efetiva dos jovens na gestão das propriedades. Quando os jovens não participam das decisões produtivas e econômicas, tendem a se sentir distantes do futuro da propriedade, o que pode estimular o êxodo rural. Por outro lado, quando há autonomia, acesso à tecnologia, renda e reconhecimento do trabalho agrícola, ampliam-se as possibilidades de permanência no campo.

2.4 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS

A diversificação produtiva tem sido apontada pela literatura como uma estratégia importante para fortalecer a agricultura familiar, reduzir riscos econômicos e ampliar as possibilidades de reprodução social das famílias rurais. Schneider (2003), ao discutir a pluriatividade, destaca que muitas famílias agricultoras

não dependem exclusivamente de uma única atividade agrícola, mas constroem diferentes estratégias de trabalho e geração de renda para garantir sua permanência no campo.

Nesse sentido, a diversificação não deve ser compreendida apenas como ampliação do número de cultivos ou criações, mas como parte de uma lógica mais ampla de adaptação econômica e social das famílias agricultoras diante das transformações do meio rural. Atividades como horticultura, fruticultura, pecuária leiteira, agroindústrias familiares e outras formas de produção complementar podem contribuir para ampliar a renda e reduzir a dependência de uma única cadeia produtiva.

Rathmann et al. (2008) observam que a diversificação da produção nas propriedades rurais familiares está associada à ampliação das alternativas de renda e à melhoria das condições de vida dos produtores, sobretudo em contextos de pequenas unidades de produção. De modo semelhante, Fontoura et al. (2022) destacam que programas de diversificação devem considerar a unidade familiar em sua relação com a comunidade, o território, o mercado e as condições de reprodução social.

Entretanto, a diversificação também apresenta desafios. À medida que as atividades produtivas se ampliam, crescem as exigências de gestão, organização, comercialização e controle econômico-financeiro. Assim, embora a diversificação seja uma estratégia relevante para a agricultura familiar, sua efetividade depende de assistência técnica, políticas públicas, acesso a mercados e capacidade organizativa das famílias.

2.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANANDUVA/RS

Após a compreensão dos fundamentos gerais da agricultura familiar, torna-se necessário aproximar a discussão da realidade local investigada. O município de Sananduva, localizado na região norte do Rio Grande do Sul, apresenta uma estrutura produtiva fortemente vinculada ao setor agropecuário, com presença significativa de pequenas e médias propriedades rurais.

Conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE, Sananduva possui 1.488 estabelecimentos agropecuários, abrangendo uma área total aproximada de 37.382 hectares, o que resulta em área média de 25,1 hectares por estabelecimento. Esse perfil indica uma estrutura fundiária marcada pela predominância de propriedades de pequeno e médio porte, característica da organização agrária do planalto gaúcho (IBGE, 2017).

A relevância da agricultura familiar no município é expressiva. Segundo os dados sistematizados, esse segmento representa 85,6% do total de estabelecimentos agropecuários de Sananduva, correspondendo a 1.274 unidades produtoras. Além disso, o setor agropecuário local mobiliza 4.148 pessoas ocupadas, entre produtores, membros do grupo familiar e trabalhadores contratados, reafirmando a importância econômica e social da atividade rural para o município.

No âmbito demográfico, o Censo Demográfico de 2022 aponta que Sananduva possuía 16.399 habitantes, com predominância da população urbana, mas mantendo forte relação econômica e social com o espaço rural (IBGE, 2022). A matriz produtiva municipal é diversificada, com destaque para as culturas de grãos, especialmente a soja, além de milho, trigo, suinocultura, avicultura e atividades desenvolvidas em pequenas propriedades familiares.

Dessa forma, Sananduva constitui um recorte relevante para analisar a agricultura familiar a partir da articulação entre dados oficiais e percepção da extensão rural. Enquanto os dados do IBGE permitem caracterizar a estrutura produtiva, demográfica e econômica do município, a percepção técnica da EMATER contribui para compreender aspectos qualitativos que nem sempre aparecem nos indicadores estatísticos, como sucessão rural, permanência dos jovens, dificuldades de comercialização, diversificação produtiva e impactos das condições climáticas.

Assim, o referencial teórico sustenta o problema de pesquisa ao demonstrar que a agricultura familiar deve ser analisada de forma integrada, considerando simultaneamente sua dimensão produtiva, social, territorial e institucional. Essa compreensão justifica a comparação entre dados oficiais e percepção da extensão rural, eixo central da presente investigação.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de caráter descritivo e exploratório, voltada à análise da agricultura familiar no município de Sananduva/RS a partir da articulação entre dados secundários oficiais e dados primários empíricos.

Na etapa quantitativa, foram utilizados dados públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente do Censo Agropecuário de 2017, do Censo Demográfico de 2022 e da Produção Agrícola Municipal (PAM), com o objetivo de caracterizar a estrutura produtiva, demográfica e econômica do meio rural local.

Na etapa qualitativa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma profissional da EMATER/RS-Ascar, com mais de dez anos de atuação na agricultura familiar do município, selecionada por critério de experiência e inserção direta na realidade local. A entrevista buscou captar percepções sobre aspectos não plenamente evidenciados pelos dados estatísticos, tais como sucessão rural, permanência dos jovens, estratégias produtivas, dificuldades de comercialização e impactos climáticos.

Os dados qualitativos foram analisados por meio de análise temática, sendo organizados em categorias previamente definidas a partir do referencial teórico (estrutura produtiva, sucessão rural, diversificação, mercado e políticas públicas). Posteriormente, procedeu-se à análise comparativa entre os dados estatísticos e a percepção técnica da extensão rural, permitindo uma leitura integrada da realidade estudada

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A articulação entre dados oficiais e percepção técnica da extensão rural permite compreender a agricultura familiar para além dos indicadores estatísticos, incorporando elementos relacionados à organização das propriedades, à permanência das famílias no campo, à sucessão rural e às estratégias de reprodução social no meio rural. Nesse sentido, a literatura mostra que a agricultura familiar deve ser analisada não apenas por sua dimensão econômica, mas também por seu papel social, territorial e político no desenvolvimento rural brasileiro (Grisa; Schneider, 2014).

Tabela 1 – Síntese comparativa entre dados oficiais e percepção técnica da extensão rural em Sananduva/RS

Eixo de análise	Dados oficiais	Percepção da EMATER	Interpretação analítica
Estrutura produtiva	Indicadores de estabelecimentos, área e produção	Predomínio de pequenas propriedades com mão de obra familiar	Confirma relevância da pequena produção na base rural local
Perfil produtivo	Peso de atividades agropecuárias no município	Grãos como atividade forte, mas diversificação como estratégia de renda	A leitura estatística precisa ser complementada por análise qualitativa
Sucessão rural	Dados etários e populacionais	Permanência do jovem depende de renda, autonomia e tecnologia	A sucessão envolve fatores econômicos e familiares
Comercialização	Produção mensurada em volume/valor	Grãos têm cadeia estruturada; hortaliças e frutas enfrentam barreiras	O mercado afeta diretamente a viabilidade da diversificação
Condições climáticas	Dados agregados de produção/perdas	Seca, excesso de chuva e granizo afetam renda e continuidade	O risco climático fragiliza a agricultura familiar
Políticas públicas	Bases não captam integralmente o acesso vivido	Pronaf, FEAPER, PNCF, Terraforte e agroindústria são estratégicos	A política pública aparece como mediação concreta da permanência

Fonte: Autores, com base em IBGE (2017) e entrevista com extensionista da EMATER (2026).

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANANDUVA/RS

A análise integrada dos dados evidencia que a agricultura familiar constitui o eixo estruturante do meio rural em Sananduva/RS, tanto em termos produtivos quanto sociais. Os dados do IBGE indicam predominância de pequenas propriedades, o que é corroborado pela percepção da extensionista, que destaca a centralidade do trabalho familiar e o enquadramento majoritário dos produtores nas políticas públicas voltadas ao segmento.

Essa convergência entre dados quantitativos e percepção empírica reforça a compreensão da agricultura familiar como uma forma social de produção, conforme argumentam Schneider e Cassol (2013), na qual a lógica produtiva está diretamente vinculada à reprodução da família e à organização do território. Nesse sentido, a agricultura familiar não pode ser analisada exclusivamente a partir de indicadores econômicos, devendo ser compreendida também em sua dimensão social e territorial.

4.2 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS PROPRIEDADES

Os resultados indicam que, embora a produção de grãos, especialmente soja, represente a principal

atividade econômica do município, a diversificação produtiva desempenha papel estratégico na sustentabilidade das pequenas propriedades.

A extensionista destaca que atividades como horticultura, fruticultura, pecuária leiteira e agroindústrias familiares são fundamentais para a geração de renda em unidades produtivas de menor escala. Esse achado dialoga diretamente com a literatura sobre pluriatividade, na qual Schneider (2003) argumenta que a diversificação constitui uma estratégia central de reprodução social da agricultura familiar, permitindo reduzir riscos econômicos e ampliar fontes de renda.

Além disso, observa-se uma contradição estrutural: enquanto a produção de grãos possui cadeia de comercialização consolidada, a produção diversificada enfrenta dificuldades de inserção no mercado, exigindo maior capacidade organizativa por parte das famílias. Esse cenário evidencia que a diversificação, embora desejável do ponto de vista econômico e social, depende de condições institucionais e mercadológicas que nem sempre estão disponíveis aos agricultores familiares.

4.3 SUCESSÃO RURAL, JUVENTUDE E PERMANÊNCIA NO CAMPO

A sucessão rural emerge como um dos principais desafios identificados na pesquisa. A análise da entrevista revela que a permanência dos jovens no meio rural está condicionada a múltiplos fatores, incluindo renda, autonomia na gestão da propriedade, acesso à tecnologia e apoio familiar.

Esse resultado confirma os achados de Oliveira, Mendes e Van Herk Vasconcelos (2021), que apontam que a sucessão não ocorre automaticamente pela herança da terra, mas depende da construção de condições concretas de permanência. A fala da extensionista evidencia que a ausência de autonomia dos jovens na tomada de decisão constitui um fator de expulsão do meio rural, reforçando a dimensão simbólica e relacional do processo sucessório.

Adicionalmente, a pesquisa aponta que o acesso à tecnologia e à informação tem contribuído para reduzir o êxodo rural, indicando mudanças recentes no comportamento das novas gerações. Esse aspecto sugere que a permanência no campo está cada vez mais associada à modernização das condições de vida rural, aproximando-as das dinâmicas urbanas.

4.4 DIFICULDADES ESTRUTURAIS: MÃO DE OBRA, MERCADO E CLIMA

Os resultados também apontam que a agricultura familiar local enfrenta obstáculos estruturais relevantes. Entre eles, destacam-se a escassez de mão de obra, a redução de famílias em determinadas atividades, as exigências crescentes para permanência em cadeias como leite, suinocultura e avicultura, além das dificuldades de comercialização da produção diversificada (Bonez, 2026). Soma-se a isso o impacto recorrente de eventos climáticos adversos, como estiagens, excesso de chuvas e granizo, que afetam a produção, comprometem a renda e ampliam situações de endividamento rural (Bonez, 2026). Em

escala nacional, o próprio IBGE registrou mudanças importantes na agricultura familiar entre 2006 e 2017, com redução de estabelecimentos e de postos de trabalho, indicando transformações na base social e produtiva do setor (IBGE, 2019).

4.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Na percepção da entrevistada, a assistência técnica e a extensão rural exercem papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, não apenas por fornecerem orientação produtiva, mas também por atuarem como política pública de apoio social, econômico e ambiental às famílias rurais (Bonez, 2026) . Além da própria EMATER, foram citados instrumentos como CAF, Pronaf, FEAPER, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Operação Terraforte e políticas de incentivo às agroindústrias familiares, todos compreendidos como mecanismos capazes de estimular a permanência, a diversificação produtiva e a sucessão rural (Bonez, 2026) . Esse entendimento está em consonância com a PNATER, instituída pela Lei nº 12.188/2010, que reconhece a assistência técnica e extensão rural como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (Brasil, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da agricultura familiar em Sananduva/RS, a partir da articulação entre dados oficiais do IBGE e a percepção técnica da extensão rural, evidenciou que a realidade do meio rural não pode ser plenamente compreendida apenas por indicadores estatísticos agregados.

Os resultados demonstram que, embora os dados quantitativos sejam fundamentais para caracterizar a estrutura produtiva e demográfica, a percepção da extensão rural revela dimensões qualitativas essenciais, como os desafios da sucessão familiar, a importância da diversificação produtiva e as dificuldades enfrentadas pelas famílias em relação ao mercado, à mão de obra e às condições climáticas.

A pesquisa evidenciou que a permanência no campo está condicionada a um conjunto complexo de fatores, que incluem não apenas a renda, mas também a autonomia dos jovens, o acesso à tecnologia, o apoio familiar e a existência de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, a sucessão rural se configura como um dos principais desafios para a continuidade da agricultura familiar no município.

Além disso, constatou-se que a diversificação produtiva constitui uma estratégia relevante para a reprodução social das famílias, embora enfrente limitações estruturais relacionadas à comercialização e à organização dos mercados locais.

Por fim, destaca-se o papel central da assistência técnica e das políticas públicas como instrumentos fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar, atuando não apenas na dimensão produtiva, mas também na promoção do desenvolvimento social e territorial.

Como limitação do estudo, ressalta-se a utilização de apenas uma entrevista, o que não permite generalizações mais amplas, indicando a necessidade de pesquisas futuras com maior número de participantes e abordagens comparativas.

REFERÊNCIAS

BONEZ, Cibele. Entrevista concedida às autoras sobre agricultura familiar em Sananduva/RS. Sananduva/RS, 8 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12188-11-janeiro-2010-600192-norma-pl.html>. Acesso em: 19 abr. 2026.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext. Acesso em: 19 abr. 2026.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015

IBGE. Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 25 out. 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 19 abr. 2026.

IBGE. Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 25 out. 2019b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 19 abr. 2026.

IBGE. Sananduva (RS) | Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sananduva.html>. Acesso em: 19 abr. 2026.

OLIVEIRA, Márcia Freire de; MENDES, Luciano; VAN HERK VASCONCELOS, Andrea Costa. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 2, e222727, 2021. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/journal/resr/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.222727>. Acesso em: 19 abr. 2026.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago, Chile: Rimisp – Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MAGALHÃES, Biatriz Ferreira; NUNES, Anísio da Silva; SZNITOWSKI, Adelice Minetto. Sucessão familiar e permanência do jovem no meio rural. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 18, e14135, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/14135>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BIEGER, T. E.; BIEGER, G. R. **Sucessão da agricultura familiar: um olhar sobre a comunicação rural**. In: SALÃO DO CONHECIMENTO, 2., 2016, Ijuí. Anais [...]. Ijuí: Unijuí, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/6337>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BOSCHIERO, Beatriz Nastaro. **Sucessão familiar rural: 3 etapas centrais**. Agroadvance, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://agroadvance.com.br/blog-sucessao-familiar-rural/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

RATHMANN, Régis et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 325-354, 2008.

BORSATTO, Rubi. **Êxodo rural e a sucessão na agricultura familiar no município de Arvorezinha/RS**. 2022. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Económicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256281/001164938.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; SILVA, Luis Carlos Alves da; SILVA, Maicon da; DEPONTI, Cidonea Machado. **Diversificação da produção rural: em busca de alternativas para a gestão econômica e financeira na agricultura familiar**. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 128-148, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/11017>. Acesso em: 22 abr. 2024.

EMBRAPA. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 22 abr. 2026

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). **Balanco de ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: MDA 2023**. Brasília, DF: MDA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/12/balanco-de-acoes-do-ministerio-do->

desenvolvimento-agrario-e-agricultura-familiar/BALANCODEDEACOESMDA2023_.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017:** Resultados definitivos por município: Sananduva (RS). Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022:** População residente e domicílios: Sananduva (RS). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sananduva/panorama>. Acesso em: 27 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal (PAM) 2023:** Culturas temporárias e permanentes: Sananduva (RS). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MATTEI, Lauro. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Segurança Alimentar e Nutricional.** Revista Política Agrícola, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 115-132, jul./set. 2023. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1806>. Acesso em: 22 abr. 2026.

MONTEIRO, R.; MUJICA F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 60, n. spe, e235637, 2022. Disponível em: <https://revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2021.235637/pdf/resr-60-Especial-e235637.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.